

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 29 DE ABRIL DE 2010:-----**

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, na Casa da Cultura de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e dez minutos, teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1- INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO;
- 1.2- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010
- 1.3- LEITURA DE EXPEDIENTE

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2- COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO= RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES/ CONHECIMENTO;
- 2.3 - RELATÓRIO ANUAL- EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO (Nº 7 DO ARTº 40º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)
- 2.4- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2009;
- 2.5- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.6-APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2009 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M;
- 2.7-APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2009 DA PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.8- SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

- 2.9-PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E APROVAÇÃO;
- 2.10- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ÁREA PARA INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E APROVAÇÃO;
- 2.11- DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMINIO PRIVADO DO MUNICIPIO PARA DOMINIO PÚBLICO (ARTIGO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTº Nº 265 E NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº 2242)= APRECIACÃO E APROVAÇÃO;
- 2.12- TURISMO CENTRO DE PORTUGAL/PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EXERCICIO DE 2009/CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO= CONHECIMENTO;
- 2.13- CCDRC - REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO;
- 2.14- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NA FREGUESIA DE NAGOSELA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ: DOMINGOS MANUEL VELOSO SANTOS.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, José Augusto Morais de Sousa, Edite da Conceição Alves da Cruz, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência das Sras. Deputadas Paula Francisca Rodrigues Gomes e Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz que justificaram a falta.

Iniciou-se a Sessão com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: INSTALAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO. Este conselho foi instalado tendo para o efeito sido elaborada uma acta própria.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado Esmeraldo Gomes que solicitou que a sua intervenção registada na acta, na página três, parágrafo primeiro passasse a ter a seguinte redacção: “Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para perguntar qual foi o parecer do IGESPAR e para discordar da informação do Sr. Presidente da Câmara quando disse que o Pelourinho não fazia parte da zona de protecção apresentada no PDM, exibindo-lhe o referido documento e mostrando-lhe que efectivamente o Pelourinho é um imóvel classificado e detentor de uma zona de protecção”. Não havendo mais intervenções, a acta foi posta à votação sendo aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e uma abstenção do Partido Socialista (Sr. Deputado José Augusto Sousa).

Seguiu-se para o ponto um ponto três: LEITURA DE EXPEDIENTE. O primeiro secretário informou a Assembleia de que foi recebido o ofício nº582 da Câmara Municipal de Santa Comba Dão comunicando que se encontra disponível o relatório feito pela Inspeção Geral da Administração Local ao Município. Este relatório devido à sua confidencialidade poderá ser consultado nos serviços, não sendo por isso distribuído. Foi também recebido um ofício circular da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões enviando duas moções aprovadas na reunião da Assembleia Intermunicipal realizada a 22 de Janeiro último. Uma referente ao adiamento da construção da Auto-Estrada Viseu/Coimbra e outra apelando à criação de uma Universidade em Viseu. Foi também comunicada a recepção de dois ofícios da Associação Nacional de Municípios Portugueses e outro da Delegação Distrital da ANAFRE de Viseu solicitando donativos para a Região da Madeira a fim de fazer face aos prejuízos causados pelo temporal que se verificou. Foi também apresentada uma moção aprovada na reunião da Câmara Municipal de Santa Comba Dão onde se repudia a possível deslocalização para Aguiar da Beira da equipa helitransportada do INEM que se encontra sediada em Santa Comba Dão esta moção foi subscrita por unanimidade pela Assembleia Municipal e será também enviada às entidades competentes.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados.

A primeira intervenção foi feita pelo Sr. Deputado Esmeraldo Gomes que manifestou o agradecimento ao Sr. Deputado João Pedro Costa pela dinamização no Concelho da acção “Limpar Portugal” que no entender do Partido Socialista foi um êxito e constituiu um exemplo para a população do Concelho. Seguidamente fez a intervenção constante do anexo nº1 desta Acta e que faz parte integrante da mesma.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por frisar a posição do recém eleito líder do PSD e que devia ser seguida por todos estando ao lado do País e acima de qualquer interesse partidário, o que já estava a dar resultados através da aplicação de medidas e posições. Esta cooperação feita pelos dois maiores partidos portugueses deveria também estender-se ao nível local. Assim da parte de todos os eleitos locais devia haver uma aproximação no sentido de serem encontradas soluções de forma a ultrapassar a difícil situação que se vive e que é

geral. Apelava assim a esse consenso. A apresentação de propostas válidas que permitissem dar passos em frente era bem-vinda. Com este gesto pretendia-se apenas aproveitar o valor de todos os Santacombadenses eleitos para que juntos se fizesse o melhor pelo Concelho. O PSD no Concelho está disponível para esse diálogo, esperando a mesma disponibilidade dos demais representantes do povo da nossa cidade.

Fez a seguir a sua intervenção o Sr. Deputado José Augusto Sousa que manifestou o agradecimento à Assembleia e aos seus Deputados pela solidariedade expressa no voto de pesar aprovado na última sessão em virtude do falecimento do seu pai.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro que consta do anexo nº1-A e que faz parte integrante desta Acta.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel que fez a intervenção constante do anexo nº1-B e que faz parte integrante desta Acta.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por perguntar ao Sr. Deputado como poderia aperceber-se da volumetria do Monumento uma vez que o mesmo está protegido por taipais que não permitem que seja visto. Em relação à insinuação relativamente à resposta anónima que o seu artigo teve, tinha a dizer que era uma pessoa franca e não tinha medo de assinar e de se expor, portanto podia ficar descansado que se tivesse que lhe responder o faria directamente. Em relação à legitimidade, todos foram eleitos, mas há o exercício de execução e o de deliberação. Era verdade que a situação não foi transmitida à Câmara Municipal e podia tê-lo feito, fê-lo mais tarde quando o Monumento estava já em fase de execução. Aproveitava também para perguntar se quando foi feita a fonte no mesmo local a situação também foi comunicada e questionada na Câmara e na Assembleia. Disse não ser verdade que a fonte fosse destruída, ela continuaria lá quase da mesma forma, apenas com algumas alterações. Poderia aceitar que o Sr. Deputado não gostasse do local, mas os nossos mortos mereciam que se lhes fizesse justiça e nada melhor que em frente ao Palácio da Justiça e também nada melhor que o local onde esteve a estátua do responsável pelas guerras que provocaram a sua morte. Achava que não devia haver vergonha e não se deviam esconder os monumentos pois a guerra existiu.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel para dizer que não lhe tinha passado pela cabeça que aquela resposta anónima fosse da autoria do Sr. Presidente da Câmara. Disse que era a favor do Monumento, disse que não indicou com clareza qualquer sítio, o que pretendia era lançar a discussão pública sobre a sua localização. Em relação à volumetria continuava com a ideia de que era grande.

O Sr. Presidente da Câmara pediu depois a palavra para dizer que apenas fez uma sugestão relativamente ao local para a Comissão e esta imediatamente aceitou o local por unanimidade e nesse sentido até se sentiu tranquilo.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz que utilizando Power Point fez a comparação entre a construção do Centro Educativo de Resende e o Centro Educativo Norte de SCDão. Apesar de ser um assunto já

tratado em sessões anteriores, era de extrema importância para o Concelho visto representar encargos financeiros avultados para os próximos trinta anos. Não discutia a necessidade dos Centros Educativos mas sim o seu valor, considerando o valor de mais de três milhões de euros um exagero. A propósito da anterior intervenção da Sra. Deputada Inês Matos sobre a cooperação disse que o PS sempre esteve disponível para discutir e cooperar. Lembrou que sempre alertou para os custos e para a opção feita pela Câmara. Lembrou também que foram os Deputados do PS que apelaram para a introdução do pré-escolar nos Centros Educativos uma vez que a opção da Câmara apenas contemplava o primeiro ciclo. Para além do apelo feito que nem sempre foi ouvido, houve a intervenção da DREC e a Câmara aceitou a introdução do pré-escolar, isto era outro exemplo da cooperação do PS. Apresentou as características do Centro Educativo de Resende e comparou-o com o Centro Educativo Norte focando que havia grandes diferenças, sendo que o Centro Educativo de Resende tinha mais salas e estruturas. O Centro de Resende tinha um custo de cerca de 1,6 milhões de euros e o de SCD um custo de cerca de 3,4 milhões de euros. Comparou os valores elegíveis para o QREN e os valores das comparticipações. O que queria realçar era que o custo para as duas Câmaras era muito diferente. Resende irá pagar por um Centro Educativo maior, com mais salas cerca de 499 mil euros e SCDão vai pagar pelo seu cerca de 2 milhões e 439 mil euros. É um custo que terá consequência por muitos anos no Concelho e achava que se devia reflectir para não se voltarem a fazer maus negócios como este. Apresentou outro quadro com várias comparticipações de Centro Educativos da CIM (Mangualde, Nelas, SCDão e Vouzela) onde se verificava que o de SCDão era aquele que menos valor de comparticipação teve, tendo para isso apresentado os valores de cada um deles, frisando que SCDão tinha de longe o Centro Educativo mais caro de todas aquelas candidaturas.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que esteve tentado a pedir a morada do empreiteiro que fez a obra por aquele valor. O Centro Educativo apresentado com o nº de salas que tinha e pelo valor da comparticipação da cada sala (100 mil euros) e ainda os 20% para arranjos exteriores iria receber mais do que o custo, portanto devia haver qualquer coisa que não batia certo. A Sra. Deputada também devia fazer contas relativamente ao custo por metro quadrado de área, este Centro Educativo com a área que tinha custaria metade do valor de uma casa. Pelas fotografias viu que a obra tinha paredes exteriores revestidas a granito, coisa que o de SCDão não tinha, portanto o empreiteiro ou fez um favor à Câmara Municipal de Resende ou então foi o Governo que o fez e assim já começava a acreditar. Considerava aquele valor de adjudicação impossível, a não ser que o empreiteiro também quisesse perder outro tanto em relação ao que estava indicado. Ao valor apresentado para o nosso Centro Educativo de 3,380 milhões de euros estava incluído o IVA, depois havia cerca de 560 mil euros (acessos e terreno) que foram colocados e portanto o valor da obra já diminuía. Estava ainda incluído o valor do ginásio (150 mil euros) que não era obrigatório e que iria ter uma candidatura própria ao abrigo de outro programa. Assim o custo já diminuía e muito. Não estava surpreendido, pois considerava que tínhamos o melhor Centro Educativo da Região

Centro ou até do País. Era verdade que tinham dado a sugestão do ensino pré-escolar, mas quando foi elaborada a Carta Educativa, esta de acordo com as normas em vigor na altura apenas se destinava ao 1º Ciclo e depois foi decidido incluir o pré-escolar. Foi também apresentado um quadro com os valores de quatro Centros Educativos, também possuía outro quadro com várias dezenas e apresentou exemplos de valores próximos do de SCDão. Era pena que na sua página Resende não tivesse o custo total e apenas o investimento elegível e realmente por aquele valor a comparticipação era de cerca de 70%. Continuava a dizer que por aquele valor Resende teria que construir uma estátua ao empreiteiro e se ele vier para Santa Comba nas mesmas condições acontecerá o mesmo.

Pedi novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz para dizer que em relação a termos o melhor Centro do País, tinha muitas dúvidas e esperava para ver. Em relação a Mortágua o valor é de apenas um Centro e SCDão vai ter três Centros Educativos no valor de mais de 10 milhões de euros e desafiava o Sr. Presidente da Câmara a dizer que outro Concelho do País gasta mais de 10 milhões de euros na construção de três Centros Educativos. Em relação aos dados que obteve eram dados tirados da Internet e obtidos por ela própria na Câmara Municipal de Resende.

O Sr. Presidente da Assembleia considerou o assunto esclarecido e passou os trabalhos para o ponto dois da Ordem: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinada pelo ponto dois do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que considerou que a informação distribuída aos Srs. Deputados já era bastante clara, não havendo mais nada a acrescentar e por isso estava disponível para responder a possíveis pedidos de esclarecimento. Em relação à situação financeira e uma vez que havia pontos agendados sobre a mesma, nessa altura a situação seria analisada.

Abertas as inscrições para intervenções verificou-se que pretendiam usar da palavra os Srs. Deputados José Augusto Sousa, João Boto Martins e Inês Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa este referiu a situação existente há mais de dois meses no Bairro Social do ex-Fundo de Fomento onde devido ao temporal um dos prédios ficou destelhado. Fazia a intervenção a pedido de alguns moradores uma vez que já decorridos mais de dois meses as telhas de Lusalite ainda não foram repostas o que já criou alguns constrangimentos com infiltrações de água, também nesta última tempestade no mesmo prédio uma das caves foi inundada havendo uma altura de água de mais de um metro. Na altura o Sr. Presidente da Câmara esteve no local a verificar a situação, mas o caso mais grave é que se encontra nessa cave um posto de transformação da EDP o que com uma inundação pode criar uma situação bastante perigosa. A Câmara já fez uma intervenção que não resultou e sugeria a construção de um muro para evitar a entrada das águas.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que estava convencido que a situação do telhado já estivesse resolvida, no entanto havia um problema que tinha a ver com a natureza do material. As telhas eram de Fibrocimento e continham amianto e por isso a sua produção estava proibida. A solução passará pela substituição do telhado. Estava preocupado com a situação e pelo menos de uma maneira provisória iriam resolver o assunto. Em relação ao PT a situação também estava a ser tratada, até porque a EDP também tem interesse nisso e é a sua proprietária. A solução será talvez aquele PT passar para um PT aéreo. Nos próximos dias virá a SCDão um responsável da EDP, irá levá-lo ao local e tentará resolver o assunto.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que começou por referir o comunicado do Sr. Presidente da Câmara publicado na imprensa local pedindo desculpa pelos incómodos que as obras em SCDão iriam causar aos Municípios. Era uma atitude louvável que devia ser seguida mas que sabia a pouco e era insuficiente. Por parte da empresa que tem realizado as obras o que tem chamado a atenção é a falta total de consideração pelos peões e pelos automobilistas, esta atitude claro que não é da responsabilidade total da Câmara. Assim pedia ao Sr. Presidente da Câmara que alertasse os responsáveis da empresa para terem mais consideração para com os Municípios. Focou a subida da cota dos passeios e a conseqüente necessidade de inclinar os passeios para as paredes e portas das casas. Nalguns casos e com a criação de uma pequena valeta (junto ao BPI) a queda da água da chuva não causou problemas, mas havia locais onde esta valeta não foi colocada e aí houve inundações (Alfaiataria Neves e outra cave na Rua Miguel Neves). Esta solução de inclinar os passeios foi agora possível, em casos de obras anteriores, não deste executivo, isso não foi feito. Esta inclinação podia ter sido evitada, pois para a colocação da Rotunda verificou-se o arranque do pavimento betuminoso que ali existia, se tivessem tirado uma camada maior do pavimento isto podia dar origem a que os lancis não ficassem tão altos, permitindo que os passeios não ficassem inclinados. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara comentasse a situação. Focou ainda que na comunicação do Sr. Presidente da Câmara à Sessão da Assembleia de Fevereiro já vinha a obra de requalificação da Ex-EN2 e com uma despesa de cerca de 220 mil euros, acontecia que os trabalhos começaram em data posterior à da realização daquela Sessão, portanto perguntava a que trabalho se devia a facturação daquela importância uma vez que a obra ainda não tinha começado. Por último analisando as obras mencionadas na comunicação da actividade da Câmara na parte de obras de administração directa verificava que era mencionada a construção da Ecopista do Dão, esta era uma obra intermunicipal e para a qual foi aberto concurso, em relação às outras não sabia se tinha sido aberto concurso ou não. Portanto perguntava quais as obras mencionadas naquele capítulo eram afinal de administração directa e quais foram sujeitas a concurso.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por focar esta última situação dizendo que obviamente se tratava de um lapso. Todos erram e isto era um erro. As administrações directas são feitas pelo pessoal da Câmara e nada têm a ver com concursos. A Ecopista era uma obra que devido ao seu valor é feita através de concurso público e com visto do Tribunal de Contas, assim como a da requalificação da Ex-EN2. As outras

obras são todas contratadas. Apenas as intervenções directas que estão mencionadas são obras de administração directa. Em relação à situação de não se ter aproveitado a oportunidade para baixar a cota do pavimento, concordava que isso devia ter sido feito, não era fiscal de obras, se por acaso estivesse a acompanhar a obra teria tentado fazer com que isso acontecesse. Podia ter também a ver com alguma impossibilidade devido à altura a que estavam as diversas estruturas subterrâneas (saneamento e outras redes) ou até mesmo os ramais das casas. Em relação aos passeios inclinados disse que estes não podiam ser horizontais e teriam que ter uma inclinação para um dos lados. Ficou satisfeito por se ter verificado que a solução encontrada tinha resultado. Sobre a facturação da obra da Ex-EN2 disse que estava candidatada a fundos comunitários e tinha prazos para ter facturação. Houve facturas adiantadas que correspondiam a trabalhos feitos noutros locais (acessos aos Centros Educativos) mas feitos pela mesma empresa. Não seria um procedimento legal, mas era uma solução para resolver problemas e utilizada por muitas Câmaras e que SCDão também utilizou durante outras situações idênticas. Ninguém é prejudicado, os trabalhos são todos feitos e assim evita-se por vezes o desperdício de fundos Comunitários.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por considerar a educação como um bem público essencial cuja responsabilidade é nacional e não local. As autarquias têm cada vez mais responsabilidades através da atribuição de novas competências, pois tem-se verificado que quem está mais próximo melhor faz o trabalho. Devido à recente reforma na educação e devido ao funcionamento dos Centros Educativos, as antigas escolas foram fechadas. Perguntava e por se tratar de bens públicos pertencentes ao património municipal como estão a ser escolhidas as entidades que pretendem explorar e ocupar estes espaços. Gostava de saber se é quem pede primeiro ou se há uma selecção segundo critérios estabelecidos e específicos e ainda se quem irá ocupar os edifícios o poderá fazer com fins lucrativos ou só como actividade social.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que a atribuição da ocupação destas escolas não era pela ordem da entrada dos pedidos mas sim da finalidade. Esta cedência de ocupação é feita pela Câmara Municipal em reunião. Deu o exemplo do que se passou com a escola de São Joaninho. Não se recordava se a minuta do contrato de comodato contemplava a situação de haver fins lucrativos na ocupação mas caso ela não esteja prevista terá que se aditar uma cláusula a esse contrato para evitar tal situação.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO= RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES/ CONHECIMENTO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este solicitou que a apresentação do relatório fosse feita pelo Sr. Vereador António José Correia que o fez através do Power Point e focando os pontos constantes do relatório que foi distribuído aos Srs. Deputados (constituição da Comissão, articulação com o Ministério Público, aspectos gerais de funcionamento e organização, trabalho desenvolvido, processos actuais e actividades para 2010). Não houve pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três: RELATÓRIO ANUAL- EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO (N° 7 DO ART° 40° DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS). Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que o relatório era um documento elaborado pelo consultor que também preparou o PSF, o relatório vem à Assembleia Municipal para apreciação e será depois remetido às entidades previstas na Lei.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que fez a intervenção constante do anexo nº2 que faz parte integrante desta Acta. Antes lamentou que sendo um relatório feito por uma entidade externa e que era pago, o mesmo tenha sido feito recorrendo muito ao relatório semestral anteriormente apresentado, ao ponto de ter deixado coisas que não devia ter deixado. Lamentou que o ponto de partida para o início do PSF continuasse sem estar definido. Em relação à listagem pedida na última sessão disse ter recebido uma com mais de quarenta páginas e com letra miudinha referente a pagamentos a partir de Julho de 2009 e nela não foi possível identificar os credores contemplados no PSF, por isso pedia novamente que tal pedido fosse satisfeito, pois só o envio da lista dos pagamentos feitos a estes credores e não a outros é que poderá permitir verificar em que medida é que o PSF e a utilização do empréstimo autorizado nessa matéria foi correcta. Esclareceu ainda que as críticas apresentadas não deviam ser entendidas como oposição mas sim como um alerta.

O Sr. Presidente da Assembleia alertou o Sr. Deputado Boto Martins para o tempo utilizado na sua intervenção que excedeu largamente o previsto no Regimento, não quis interromper o Sr. Deputado por considerar ser um assunto importante mas solicitava que futuramente tivesse atenção ao tempo utilizado nas intervenções. Solicitou ainda esclarecimento sobre a responsabilidade da entidade que terá que enviar o relatório às entidades competentes. Verificada a Lei concluiu-se que apenas no caso de declarado incumprimento do PSF a Assembleia Municipal o terá de fazer.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que se o Sr. Deputado tinha exagerado no tempo também tinha exagerado nas repetições e por isso era natural que o tempo se tivesse esgotado. Agradecia a preocupação em ajudar mas com ajudas daquelas podia bem e dispensava-as. Considerou que o Sr. Deputado não tinha lido o PSF, pois se o tivesse lido não teria afirmado o que disse. No PSF está prevista uma verba para investimentos e uma verba para pagamento das dívidas a curto prazo e portanto foi isso que aconteceu. É verdade que foram escolhidas algumas das dívidas que estavam previstas em sede de PSF porque em relação a elas havia acordos de regularização de dívida com taxas de juro bem abaixo das resultantes do empréstimo feito. Foi decidido mantê-las uma vez que estarão pagas dentro de dois anos nesses acordos de regularização de dívida, poupando à Câmara Municipal uma boa importância em juros. Isto já foi dito na anterior Sessão da Assembleia Municipal. O Sr. Deputado devia ter lido e devia verificar que todos os investimentos que se continuam a fazer estão previstos no PSF, achava que quando se começavam a alistar uma série de consequências tem que se estar documentado e dizer o que é real e

portanto o Sr. Deputado não veio documentado, limitando-se a ler o que era o relatório, fazendo um cruzamento de dados e o que estava por trás não interessava. Não interessava também uma coisa bastante importante relativamente às receitas, gostava que o Sr. Deputado lhe dissesse se também não se preocupava com o fim de algumas isenções no IRS para o Governo ter mais receita. Se não se preocupava também com o futuro termo de isenção de portagens nas SCUTS. Preocupava-se quando a Câmara aumenta 6 euros por ano e por família nas taxas do RSU e não se preocupa com as tomadas pelo Governo. Gostava que o Sr. Deputado Boto Martins que lhe parece ser uma pessoa equilibrada, tivesse também uma atitude equilibrada e não tivesse o tipo de ar professoral que não lhe reconhece e depois tentar de qualquer maneira desacreditar a implementação do PSF. Também era preciso não esquecer outra situação, é que no PSF estavam previstos encaixes financeiros provenientes de obras candidatas ao QREN e até agora foram ontem recebidos os primeiros 84 mil euros, isto não foi por incompetência da Câmara, foi incompetência de quem gere o QREN. Queria também dizer que se houve credores que não receberam era porque não tinham a sua situação fiscal regularizada, a Câmara não pode pagar a quem está nesta situação. Há cerca de 1,4 milhões de euros que não foram pagos, daqui 1 milhão são dívidas já referidas nos tais acordos de regularização e os outros 400 mil são dívidas aos fornecedores que não têm as certidões da sua situação regularizada ao fisco. O dinheiro também acabou por ser utilizado no pagamento de algumas facturas relacionadas com obras candidatas, na esperança de que fosse aberto o pagamento e estando as facturas pagas se pudesse receber a comparticipação. O Sr. Deputado devia desconhecer como funcionavam os serviços da Câmara Municipal e convidava-o a passar um dia na Câmara para ver como funcionava a contabilidade e não criticar o envio das 40 páginas e com letra miudinha. A Câmara melhor do que ninguém tinha consciência das responsabilidades e dos riscos que se correm devido ao não cumprimento do PSF, mas ainda não decorreu um ano. Esperava que com as medidas já tomadas, algumas violentas e algumas que irão ser antecipadas chegasse a um ponto de equilíbrio, que era o que se pretendia por todos, ou o Sr. Deputado estaria convencido que alguém levava o dinheiro para casa, o dinheiro foi pago em dívidas da Câmara e não noutro lado qualquer. A verdade é que o dinheiro foi aplicado a pagar dívidas, o problema está em ter que se cumprir este PSF mas com o ano que estamos a passar onde estava previsto o encaixe financeiro de algumas quantias consideráveis referentes à venda de imobiliário era impossível porque a crise também está em SCDão, não é só no resto do País. Há mais de 2,5 milhões de euros de bens imobiliários que podem ser transaccionados (loteamentos), que há anos atrás até podiam ser vendidos pelo dobro do preço, agora não aparece ninguém que os queira comprar. O que terá que ser feito para ultrapassar a situação? Terá que ser feito urgentemente um pedido de reprogramação do PSF em face da crise, o que já está a ser elaborado. O PSF foi feito num determinado enquadramento que foi completamente alterado.

O Sr. Deputado Boto Martins solicitou uma intervenção para responder à classificação “ar professoral”, mas o Sr. Presidente da Assembleia considerou o assunto esclarecido.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2009. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que o relatório também era um documento técnico, feito por uma pessoa independente que necessariamente tinha que ser pago, que dá algumas indicações relativamente às medidas a tomar e isso é que interessava.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que a Assembleia era o órgão soberano para a análise dos documentos, se o executivo achava que os documentos não deviam ser analisados passava por cima da Lei. Está-se a analisar documentos oficiais que espelham a realidade municipal, todas as considerações do Sr. Presidente não advêm do documento que expressa o não cumprimento de determinado número de coisas, o que não está a ser cumprido e as consequências. Tirar a objectividade do documento com argumentos que são do Município e do executivo é tirar a nulidade do documento. Da análise deste documento vê-se que estão confirmadas as piores suspeitas, a tendência ao longo destes anos para o agravamento financeiro da Autarquia. Houve um decréscimo das receitas, estava de acordo com os motivos, mas o que se tinha de referir era que o documento alertava para os perigos da execução. As preocupações expressas pelo auditor são reais. Não é a bancada do PS que diz que somente 84% das dívidas para as quais foi elaborado o PSF foram pagas. Há uma preocupação demonstrada pelo auditor externo de que existe um risco do não cumprimento que poderá levar à aplicação de medidas mais gravosas. É chamada também a atenção para o facto de no âmbito da Lei das Finanças Locais a Autarquia ter excedido os limites fixados em diversos artigos da mesma. Continuam a não ser cumpridas as obrigações legais para com a Comanima e Profiacademos. Lembrou que a Assembleia tinha a obrigação legal de comunicar uma situação de incumprimento do PSF. O relatório demonstrava as dificuldades do executivo no cumprimento da Lei e com isso poderia haver maus resultados. Em relação ao que o Sr. Presidente da Câmara afirmou sobre a impossibilidade do pagamento aos fornecedores que não tinham as certidões da sua situação regularizada com o fisco disse que o pagamento podia ser feito desde que fosse feita a retenção para o Estado de 20% do valor.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que também tinha direito a defender-se e não podia estar calado perante coisas que não correspondiam à verdade. Referiu mais o porquê do não cumprimento do que estava estabelecido para o primeiro ano do PSF, que se estende por um período de 12 anos. Ao fim de 8 meses já se estava a cobrar, era evidente que não se estava a seguir o previsto no PSF e apenas explicou o porquê. Sobre o pagamento aos fornecedores incumpridos para com o fisco e a Segurança Social, a Câmara também o tem feito, dando primeiro oportunidade às empresas que regularizem a situação. Relativamente à observação feita à Profiacademos disse que o Sr. Deputado tinha toda a razão, mas só foi continuada uma prática que era comum. Registava o facto demonstrado pelos Deputados do Partido Socialista no sentido de terem uma ânsia

grande em comunicar o incumprimento do PSF. Achava que nesta fase deveriam contribuir para ultrapassar este problema e tinham uma forma de o fazer pois tinham canais muito mais privilegiados do que os que a Câmara tinha.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a sua intervenção em Power Point. Apresentou a conta de gerência referindo primeiro a Análise Orçamental e depois a Análise Económica. Na Análise Orçamental e na parte da Receita referiu que houve uma diminuição de cerca de 1,6 M€ (milhões de euros), não tendo em conta os 6,5 M€ do empréstimo do PSF. Devido às regras do POCAL não foram contabilizadas receitas no valor de 2,6 M€ que não foram recebidas por várias razões mas que pertenciam a 2009 (retenções do FEF, fundos comunitários, sobretaxa e aluguer de rede de águas, entre outras). Desta forma a receita de 2009 teria um valor de mais de 1 M€ em relação a 2008. Em relação à Despesa disse que em relação a 2008 esta registou um aumento de cerca de 3,7 M€, mas havia a registar uma dívida transitada a curto prazo de 6,9 M€ e assim verificava-se que a despesa tinha um valor em relação a 2008 de menos de cerca de 3,2 M€. Na Despesa e ao contrário da Receita considera-se toda a que já está comprometida, mesmo que não esteja concretizada. Assim se fizermos uma análise da Despesa considerando apenas as despesas facturadas obteríamos um saldo de cerca de 2,4 M€. A Análise Orçamental compara Despesa e Receita utilizando regras diferentes o que introduz distorções na leitura dos números. Assim comparando a Despesa (deveria aparecer com 18,8 M€) com a Receita (deveria aparecer com 17,3 M€) haveria um valor negativo de 1,5 M€ de resultado orçamental contra os 6,4 M€ negativos que são indicados. Desta forma o défice orçamental não seria de 43,6% e sim de 8,82%. Em relação à Análise Económica e referindo os proveitos de cerca de 8,8 M€ registava-se um aumento de 1,5 M€. Em relação a 2008 houve uma diminuição preocupante de impostos e taxas em resultado da crise. Aqui o IMI teve uma redução de 1,6% e o IMT teve uma redução de 35,2%. Em relação aos custos estes em 2009 foram de cerca de 12 M€ e em 2008 de 11,5 M€ havendo um aumento de 0,5 M€. Identificou a seguir a razão deste aumento e os seus motivos, indicando também as reduções. Disse depois que um dos factores que influenciam decisivamente o resultado líquido eram as Amortizações que em 2009 tiveram um valor de 3,7 M€. Fez depois uma análise económica aos resultados da gerência caso este factor não entrasse nas contas apresentando alguns gráficos e demonstrando que em 2009 o resultado líquido seria positivo na ordem de 0,5 M€ caso não fossem consideradas as amortizações. Apresentou vários casos com a evolução da dívida, das contas, e do património verificando-se que nas contas de 2003 até foi considerado um património negativo de 3,8 M€. Indo de encontro às preocupações disse que a situação não era fácil de ultrapassar, durante os anos de 2010 e 2011 vão incidir a acção no sentido da redução drástica das despesas correntes uma vez que nas despesas de capital e até final deste ano as obras que estão a decorrer não podem parar. Depois destas obras terminadas era fácil diminuir o investimento ao não se fazerem obras havendo apenas despesas de

manutenção. As despesas correntes eram mais difíceis de diminuir a curto prazo e nestas está sem dúvida a questão das despesas com pessoal. Ir-se-ia recorrer a contratualizações pontuais desde que se verifique poupança. O problema já vem de há muitos anos e resulta de não haver receitas para cobrir os compromissos. Há sectores extremamente deficitários como o RSU que representa um prejuízo de 250 mil euros, a rede de águas residuais representa um défice de mais de 200 mil euros, o sector da educação também tem um grande peso nas despesas com cerca de 30% dos custos totais do Município, aqui a Câmara tem cerca de 40 auxiliares de acção educativa ou seja cerca de 20% dos funcionários da Autarquia. Esta despesa na educação resultou da aceitação por parte das Câmaras há alguns anos da transferência de competências sem a necessária contrapartida financeira por parte do Governo.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que as contas da gerência reflectem duas verdades: uma contabilística que foi bem apresentada com as amortizações, mas é apenas contabilística e a outra a financeira e esta é que preocupa porque é real. O que se estava a analisar eram os documentos que foram distribuídos e as contas da Câmara Municipal referentes a 2009 que demonstram aumentos de despesa de pessoal (não querendo questionar opções do executivo quanto ao terem mais pessoas para assessorar) aumentos na aquisição de bens e na globalidade as despesas cresceram cerca de 2.3, achando que estas não deviam ser tão volumosas embora entendesse que se quisesse fazer obra. As dívidas a curto prazo apresentavam valores baixos mediante o valor do empréstimo conseguido com a aprovação do PSF, verifica-se que apresentam o valor de 4.3 em 2009. Nestas contas continuam a não estar espelhadas as participações para a Combanima e também para a Profiacademos. Em relação às receitas apresentavam um aumento devido ao empréstimo do PSF, mas o que se verificava era que o endividamento cresceu em relação a 2008. No relatório do auditor que apresenta um valor perto dos 18 M€ diz-se que há ainda outros que não estão espelhados nas contas porque não foram considerados como despesa pelo que se poderá chegar aos 20,5 M€. Se juntassem a dívida da Combanima, da Profiacademos, da participação da Câmara na dívida da DãoGest dava um total de 23 M€. Queria isto dizer que os Municípios em 2006 se dispusessem de 1000 euros cada pagava-se a dívida, hoje e três anos decorridos são precisos 2000 euros. Em relação ao relatório de gestão disse que o mesmo começava por condicionar quem o lia ao dizer que não é da responsabilidade do executivo imputando a um conjunto de coisas e para não fazerem interpretações erradas. A certificação do auditor é esclarecedora e por isso dizia que quem fez a certificação era mais esperto que ele, tinha mais qualificações e não era burro. O auditor diz que existe um incumprimento das disposições legais face à ausência de cobertura de exploração anual e encargos financeiros das Empresas Municipais e há uma sobrevalorização provável dos proveitos do exercício de 1,6 M€ por falta de suporte documental. Dizia também que aquele relatório de gestão tem tudo bem feito excepto os pontos 7.1, 7.2 e 7.3 e era isso que o preocupava, o que estava bem não levantava preocupações. O relator diz também que o Município não apresentava contas consolidadas, referindo também que as transferências feitas para a Combanima consubstanciam um incumprimento repetido da Lei que não prevê

compensações às Empresas Municipais. O Auditor também não concorda com os quadros que têm a indicação de corrigida, não sabendo o que é. Não era necessário apresentar a sua discordância, pois os documentos falam por si e não é possível ter outra posição. O que tinha para analisar eram os factos e os documentos que lhe foram apresentados.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que gostava de saber e uma vez que o parecer do fiscal único era o documento que interessava ao Sr. Deputado como é que antes em 2003, 2004 e 2005 e se fosse Deputado como analisava as contas da Câmara agora há este parecer e ninguém foge à sua responsabilidade sobre a situação real da Câmara, sabia a responsabilidade que tinham nesta situação mas também sabia que há mais responsáveis. A posição do fiscal único é baseada numa análise feita friamente, ele não tem que saber que há proveitos diferidos, que há fundos comunitários que não foram recebidos, não tem que saber que há obras candidatas, apenas se debruça sobre os documentos existentes. A única coisa que quis demonstrar era que havia uma realidade escondida e que não aparece nas contas e que tinha que ser apresentada, não era para amaciar, já disse que a situação é grave, têm que se tomar medidas e estão a ser tomadas, agora não se podia vir constantemente e única e exclusivamente estar a abordar as contas sobre uma determinada perspectiva. As obras lançadas ao abrigo do QREN não têm ainda a sua comparticipação por culpa do Governo e os Srs. Deputados do PS não querem atribuir responsabilidades ao Governo por este não ter adiantado o QREN que começou em 2007 e que só em 2010 começou a pagar. A experiência dos outros quadros comunitários foi boa e a deste não, estando a colocar graves situações às Câmaras Municipais. Se o Sr. Deputado quisesse indicava-lhe várias Câmaras próximas, algumas até do PS que estavam a elaborar um PSF devido a esta situação. Também ficava preocupado mas com o valor da dívida pessoal em relação à dívida nacional, aqui em SCDão ainda era um valor pagável.

Não havendo mais pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por uma maioria de dezassete votos (quinze do PSD e dois do PS- Srs. Deputados José Cruz e Hélder Dias), uma abstenção do PS (Sr. Deputado Fernando Costa) e nove votos contra dos restantes Deputados do PS. Esteve ausente da votação a Sra. Deputada Paula Massano Correira.

O Sr. Deputado José Augusto Sousa leu a seguir uma Declaração de Voto que constitui o anexo nº3 desta Acta e faz parte integrante da mesma.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: APRECIACÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2009 DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este solicitou que a apresentação fosse feita pelo Sr. Vereador Fernando Cruz o que foi autorizado. O Sr. Vereador apresentou os números gerais focando que houve um resultado positivo no fim do exercício de cerca de 21.500 euros. Disse que os proveitos globais continuavam a ser gerados maioritariamente através de subsídios de exploração, havia que destacar o aumento das vendas e dos serviços relativamente a 2008. Ao nível dos custos havia a destacar as despesas com pessoal que tiveram um decréscimo de 13,3% em relação a 2008. Destacou as duas

contingências fundamentais da gestão que se reportavam à inspeção tributária que ocorreu na empresa (referente ao modelo da aplicação do IVA) e à reposição dos montantes negativos que deverá ocorrer até 30/04 do próximo ano e portanto satisfazer o equilíbrio das contas.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que o PS não tinha a mesma perspectiva e lembrou a posição tomada aquando da criação da empresa e que não era uma boa aposta, se na altura tinham algumas dúvidas, hoje tinham a convicção que era uma péssima aposta. Achava interessante dizer que o exercício tinha sido positivo só que havia um pequeno pormenor, é que isso acontecia por a Câmara ter feito uma transferência que como já se viu não é legal. Reconhecia o direito que os executivos tinham em ter as suas opções. Na última Assembleia o Sr. Presidente da Câmara disse que as Festas da Cidade tiveram uma receita de 72 mil euros, acontece que somando as receitas de 2009 da empresa não se chega a este valor. Havia também uma situação que o preocupava que era o possível pagamento do IVA. Continuava sem compreender a necessidade da criação da empresa.

Para responder pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para referir que com certeza também não seria uma boa aposta a criação de uma empresa municipal virada para o turismo como foi sugerido pelo PS. Em relação à transferência o auditor diz que não é legal mas os auditores também erram, há um contrato que existe que foi aprovado e que prevê através da Lei que isso aconteça. O auditor não pediu o contrato programa e por isso fez essa observação no relatório. Também não havia nenhum mistério em relação às contas das Festas da Cidade. Tinha referido os números em Fevereiro e já estávamos em 2010 e houve receita que entrou depois do fecho de contas a 31 de Dezembro (donativos e alugueres das barracas por parte das Associações). Lançava-se uma suspeita que é infundada e uma coisa que detestava era as suspeitas, não suspeitava de ninguém e detestava que suspeitassem dele. Como achava que os outros eram sérios, também o era. Considerou também que o Sr. Deputado não fez uma análise sobre um assunto importante que era sobre a diminuição de custos, era pequena mas era um bom princípio e em 2010 haverá uma diminuição maior.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer que começava a ser prática que a resposta fosse pessoalizada, quando falou referia-se à Combanima e não ao executivo e não levantou nenhuma suspeição, estava a ler contas que lhe são apresentadas e não podia saber que havia devedores porque nada era mencionado. Não admitia que a pessoa do Sr. Presidente da Câmara fosse posta em causa e como não o admite também não o faz, está habituado às hierarquias e ao respeito não havendo por isso motivos para se fazerem tais considerações.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para registar as palavras do Sr. Deputado e dizer que achava que a forma como foram colocadas as questões devia ter sido de outra maneira. O Sr. Deputado podia ter perguntado.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: APRECIAÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2009 DA PROFACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da

Câmara este solicitou que a apresentação das contas fosse feita pelo Sr. Vereador Fernando Cruz o que foi autorizado. O Sr. Vereador começou por se referir ao ponto anterior para confirmar a existência do contrato que previa a transferência para a Combanima de um valor até 1 M€ Claro que o Sr. Deputado não era obrigado a saber. Em relação à Profiacademos referiu os valores do total do balanço, do capital próprio e um saldo negativo de cerca de 95 mil euros. As principais contingências da gestão preenchiam-se com verbas do PRODEP que ainda não estão esclarecidas e referentes ao período de 2003 a 2006 no valor de 60 mil euros. A outra contingência relevante era a transferência que teriam que fazer até 30/04 do próximo ano do valor do saldo negativo existente. Acrescentou também que se estava a proceder à acção da aquisição do edifício da escola de modo a que se possa transferir para capital social e espécie todo o valor dos investimentos feitos durante a gestão do actual executivo (cerca de 400 mil euros). Esta aquisição provavelmente ainda será feita este ano, o valor será de 270 mil euros que já está acordado e por um período de pagamento de doze anos. Haverá então oportunidade de repor o capital social que actualmente é de 5 mil euros, num valor compatível com os investimentos feitos pela Câmara e que permitiram salvaguardar o Ensino Profissional. Lembrou os cursos a funcionar no período de 2010 a 2013 e a vocação da Escola, lembrando também a procura que têm os alunos que terminam os seus cursos e que têm sido absorvidos na totalidade pelo tecido empresarial de SCDão e das proximidades. Terminou considerando que este Ensino Profissional tem sido uma aposta ganha.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que sabiam da dificuldade que a Câmara tinha em fazer as transferências que enquanto sócio unitário é obrigada por Lei, mas achava que tinha que se começar a cumprir o determinado. No entanto e também tendo consciência da importância daquela Escola para os jovens do Concelho e pensando que deve continuar a existir uma unidade de formação virada essencialmente para o mercado de trabalho uma vez que nem todos os jovens têm uma perspectiva de prosseguimento de estudos, esperavam que num futuro próximo se possa conseguir o equilíbrio financeiro, que a gestão possa ser mais eficaz e criteriosa se puder. Achava que devia dar os parabéns a quem está à frente da Escola, os jovens que ali são formados garantem de imediato emprego. Pensava que devia haver um reforço das capacidades daquela unidade.

Seguiu-se depois para o ponto dois ponto oito: - SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que aquela revisão resultava da necessidade de introduzir no orçamento o saldo da gerência anterior, correcção das transferências vindas do Estado, abertura de três rubricas na receita e ainda na despesa um aumento do valor para as despesas com pessoal que tinha a ver com o lançamento de contratos para pessoal que já estava na Câmara mas que teriam que mudar de vínculo passando a ser pagos por outra classificação económica.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto nove: PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que o Regulamento já tinha sido aprovado na Câmara, já tinha decorrido o prazo em que esteve em discussão pública e agora vinha à Assembleia para esta se pronunciar e depois entrar em vigor.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que referiu que o Decreto-Lei nº42/2008, de 10 de Maio impunha a Câmara Municipal a fazer no local da feira algumas infra-estruturas (instalações sanitárias, rede de água, rede eléctrica e pavimentação do espaço). Alertava para este facto uma vez que este Regulamento foi aprovado dois anos após a entrada em vigor do referido Decreto-Lei e não havia no local as estruturas básicas exigidas. O grupo parlamentar do PS iria aprovar o Regulamento mas solicitava à Câmara Municipal o cumprimento do exigido no Decreto-Lei. Achava que era uma obra urgente e necessária.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que depois de tanto se falar em custos e despesas, se continuavam a pedir mais obras, mais investimento, mais despesa, mais cumprimento de Leis, achava graça pois só a ele é que pediam para cumprir a Lei. A Feira quando era feita na estrada nunca teve problemas. O sítio onde hoje funciona a Feira é o adequado, não iria por alcatrão ao lado da ribeira, as ruas estão devidamente calcetadas, os feirantes têm pavimento permeável que é o adequado. Havia três feiras por mês e durante algumas horas, o Sr. Deputado achava que a Câmara devia ter mais uma despesa de cem ou duzentos mil euros para uma utilização tão pequena? Preferia acabar com a Feira de vez do que ter aquela despesa para uma utilização tão pequena de três manhãs por mês. Informou ainda que quando levanta o Helicóptero aparecem normalmente despesas devido a prejuízos causados pelo seu levantamento, tinha agora na Câmara uma despesa de cerca de 9 mil euros apresentada pelos feirantes.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado César Branquinho para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se achava ser aquele um local digno para a Feira funcionar, não tinha instalações sanitárias, não tinha água. Solicitou que o Sr. Presidente meditasse sobre o assunto.

Não havendo mais pedidos de intervenção o Regulamento foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dez: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ÁREA PARA INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este justificou a apresentação desta proposta para que prédios que estivessem com a sua área parte dentro e parte fora do círculo que limitava a área de proibição tivessem o mesmo tratamento. Assim esta área deixava de ser um círculo nos sítios onde houvesse prédios abrangidos por ele, passando a proibição a abranger todo o prédio.

Não havendo pedidos de intervenção a proposta foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto onze: DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMINIO PRIVADO DO MUNICIPIO PARA DOMINIO PÚBLICO (ARTIGO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTº Nº 265 E NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº 2242)= APRECIACÃO E APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que se tratava de legalizar uma situação resultante da demolição da antiga tanoaria para efectuar as obras no local. Havia ali um prédio urbano que deixou de existir e portanto tinha que se anular esse prédio no domínio privado uma vez que a sua área passou para o domínio público.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto doze: TURISMO CENTRO DE PORTUGAL/PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO EXERCICIO DE 2009/CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO= CONHECIMENTO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que era um assunto resultante da Lei, SCDão pertencia a esta entidade e a Assembleia tinha que tomar conhecimento das contas.

Não houve pedidos de intervenção.

Seguiu-se para o ponto dois ponto treze: CCDRC - REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO. Pede a palavra o Sr. Deputado João Pedro Costa que propôs a designação da Sra. Deputada Inês Maria Matos. Não havendo mais propostas foi posta à votação a proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto catorze: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NA FREGUESIA DE NAGOSELA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ: DOMINGOS MANUEL VELOSO SANTOS. Não havendo pedidos de intervenção este ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria de 27 votos (16 do PPD/PSD e 11 do PS) registou-se uma abstenção do PS (Sr. Deputado João Boto Martins).

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pede a palavra o Sr. Feliciano Sousa Lima de SCDão que perguntou quando seria aberta em SCDão a prometida Loja do Cidadão.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que há cerca de dois anos foi prometida uma Loja do Cidadão de segunda geração. A Câmara apresentou o local que foi aprovado e para isso a Câmara efectuou uma despesa considerável (cerca de 60 mil euros). Foi contactado por várias vezes o anterior Secretário de Estado dizendo-se que estavam já reunidas todas as condições para a sua instalação. Depois da tomada de posse do

actual Secretário de Estado, que até é do Distrito, enviou-lhe um ofício de parabéns pela nomeação e aproveitou a ocasião para o lembrar da promessa feita sobre o assunto. Recebeu a resposta dizendo que o assunto não estava esquecido. Esperava que não estivesse esquecido e que a Loja do Cidadão fosse instalada o mais depressa possível. Era esta a situação. Por outro lado havia conjuntamente com os outros treze Municípios da Região Dão Lafões um projecto de candidatura no sentido de ser colocado um balcão único, mas este apenas dirigido aos serviços camarários.

Pedi depois a palavra o Sr. Domingos Veloso Santos de Nagozela para agradecer aos Srs. Deputados a aprovação do pedido que fez e constituía o ponto dois ponto catorze da Ordem de Trabalhos.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão pelas dezanove horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente Acta que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

#

ANEXO Nº 1

Ex.mos Sr. Presidente e Sr.s Secretários Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mos Sr. Presidente da Câmara Municipal e Sr.s Vereadores
Ex.mos Sr.s Deputados
Ex.mo Público

Os meus cumprimentos e votos de boa-tarde.

Sr. Presidente

O Sr. Deputado Rui Branquinho, na última Assembleia Municipal e relativamente à minha proposta da Assembleia anterior (30/11/09), para que o valor da derrama a aplicar às empresas do concelho fosse baixado devido à crise que assolava e assola o nosso país, fez aqui afirmações que não correspondem à verdade pelo que pretendo expor o seguinte:

Em 1989, sendo Presidente da Câmara Municipal o Engº Daniel Santos, os autarcas dos concelhos de Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Tondela e Mortágua, estabeleceram um acordo para a elaboração de um Plano Director Intermunicipal, no qual ficaria consignado que o concelho de Santa Comba Dão seria uma zona de serviços e que as unidades industriais seriam reservadas aos concelhos vizinhos.

Ainda naquele ano, a orientação veio a ser contestada pelo falecido Sr. António Amadeu Prata, que foi Deputado e Presidente da Mesa desta Assembleia, pois tal resolução vinha a comprometer o acordo que firmara com a multinacional belga Inve de instalar uma empresa no nosso concelho.

Foi no ano seguinte, com a vitória do Partido Socialista nas eleições municipais e primeiro mandato do Dr. Orlando Mendes, que se efectuaram as diligências no sentido de alterar o referido Plano Director Intermunicipal e, posteriormente, se criou a Zona Industrial da Catraia, permitindo que a Inve não fosse instalada no vizinho concelho de Carregal do Sal.

A seguir à Zona Industrial da Catraia, foi criada a Zona Industrial da Guarita e, mais tarde, a Zona Industrial das Lameiras. Estes pólos industriais, no seu conjunto, e como todos sabem, vieram a dar emprego a largas dezenas de santacombadenses.

Eis, aqui, de uma forma sucinta, um pouco da história recente do nosso concelho e a demonstração ao Sr. Deputado Rui Branquinho que, afinal, foi o PSD que não queria indústrias no nosso concelho e não o PS como referiu.

Aliás, como referi na última Assembleia, não tinha qualquer sentido o Partido Socialista ter criado três pólos industriais se fosse contra a instalação das indústrias no nosso concelho. Bastava ao Sr. Deputado Rui Branquinho ter pensado um pouco para chegar à mesma conclusão.

Obrigado Sr. Presidente.

Santa Comba Dão, 29 de Abril de 2010

O Deputado do Partido Socialista

(Esmeraldo Ferreira Gomes)

ANEXO - 1-A



Sr. Presidente da Assembleia,
Sr. Presidente da Câmara,
Restantes membros da mesa,
Senhores Deputados,
Exmo Público,

Hoje é a minha primeira intervenção como deputada da Assembleia Municipal e talvez por isso, comece por apresentar-me. Chamo-me Leandra, sou Psicóloga e, normalmente da ficha biográfica também consta a idade. Eu ainda não tenho qualquer problema em dizer a minha. Tenho 25 anos. E talvez, seja ela, a principal razão da minha exposição.

Já disse: Tenho 25 anos. Sou jovem. Sou jovem em Santa Comba Dão. Sou uma jovem do interior do meu país. Trabalho em Viseu e fiquei contente quando o meu distrito me abriu portas e oportunidades.

Gosto destas coisas da política...Desde sempre. Acho que também já não é nenhuma novidade para ninguém. Então...juntando A+B...são-me mais caras as políticas de juventude, como é óbvio.

São lutas minhas. Causas nossas.

Congratulo-me com os órgãos que promovem políticas de juventude. Que as fomentem. Até mais. Que as operacionalizem. Concordo que são mecanismos importantes e que mais que um direito, é um dever manterem-se vivos e ao serviço daqueles para os quais são dirigidos. Até aqui, todos de acordo!

Mas...fico ainda mais contente quando com ou sem órgãos institucionais, conselhos de juventude, vejo que as políticas levadas a cabo pelos nossos governantes levam em consideração as preocupações dos jovens, os seus motivos e interesses.

Ao Governo? Tinha que perguntar....

Onde é que está a coesão nacional?

Onde é que está a igualdade de oportunidades?

Porque é que eu, jovem, tenho que me deslocar para o litoral à procura de melhores oportunidades de trabalho...de maiores oportunidades de formação. O acesso à cultura, ao desporto, será igual para um jovem que vive em Viseu ou outro que viva no Porto? E os custos? O custo da água, do gás, da electricidade, dos transportes...sim, todos sabemos que os custos são elevados para quem, quase, por finca pé, não quer deixar a sua terra e mais, às vezes até tenta fazer alguma coisa por ela. Os exemplos devem vir de cima...sempre ouvi dizer!

Depois...o Poder Local! Que é aqui amplamente discutido! Que tenta, neste caso, a todo o custo vencer as adversidades impostas pelo central e implementar medidas...as ditas políticas...que sejam dirigidas aos jovens. Com os mesmos custos, tentam-se mostrar os ganhos do que é ser jovem no interior de Portugal.

Não me vou sentar, sem antes clarificar o meu discurso. Ele é uma crítica dura e pesada ao Governo Socialista do Eng. Sócrates que, parecendo alhear-se da realidade, das pessoas, de forma prepotente tem centralizado os poderes e os serviços, detendo privilégios e oportunidades mais uma vez para quem vive...para o jovem que vive no litoral, nos grandes centros urbanos. Fechado sobre si próprio, promove novas oportunidades como estandarte, quando num mercado cada vez mais competitivo, onde se exige rigor, competência e qualificação, o que se procuram são verdadeiras oportunidades. Também teve boas políticas na área da juventude...não me vou esquecer...do aumento dos estágios profissionais...mas todos sabemos, que servem muitas vezes para ludibriar a realidade do desemprego e criar-se o ciclo vicioso que conhecemos. Infelizmente!

Mas e para nós? Aqueles. Os jovens que vivem em Santa Comba Dão?

Nós podemos contar com um executivo que nos últimos anos (eu percebo que para incómodo da oposição) fomentou verdadeiras políticas de juventude, envolvendo milhares de jovens em actividades desportivas, dinamizando eventos culturais, criando mais espaços internet, melhorando as redes de comunicação, tomando como primeira preocupação, a educação e tornando-a de excelência, com a criação dos centros escolares (aqui, tão criticados, senhores deputados).

Abrindo o diálogo, encurtou distâncias, falou claro e colocou-se ao serviço dos munícipes com transparência e verdade, o que se prova e demonstra aqui, a cada Assembleia Municipal.

É por tudo isto, que Sr. Presidente da A. M., Sr. Presidente da Câmara, Senhores deputados, Exmo Público e, para terminar, eu acredito que não só serei criança e jovem em Sta Comba Dão, mas confiarei nela para poder continuar a crescer com mais oportunidades e desejar não ter nunca que a abandonar. Obrigado.

Leandra Cordeiro



Santa Comba Dão, 29 de Abril de 2010

MONUMENTO AOS MILITARES MORTOS EM ÀFRICA

Srº Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão

Srº Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão

Senhoras e Senhores Vereadores

Membros desta Assembleia

Minhas senhoras e meus senhores

_Logo nos primeiros dias de Janeiro de 2010 , vinha no jornal da nossa terra "Defesa da Beira) a fotografia da maqueta de um monumento, onde se previa vir a ser instalado o referido Monumento para assim lembrar a memória dos filhos de Santa Comba Dão, que morreram nas guerras de África.

Pensava eu o quanto era importante se fazer uma boa escolha do local em que se devia edificar esse monumento .

Assim vou ler o que escrevi para o " **Jornal Defesa da Beira** " *no dia 12 de Janeiro*

Em minha opinião peca por tardio ; mas, como diz o povo , mais vale tarde do que nunca.

Lembrar com um monumento a memória daqueles que tombaram nas guerras para as quais foram obrigados a ir, parece-me da mais elementar justeza.

Mal de um povo que não honra os seus, e a sua história !.. logo me parece que esta iniciativa deve ser acarinhada ; é de facto o mínimo que se pode fazer em nome daqueles que morreram pela honra da nossa Pátria.



ANEXO N=2

Relatório anual sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) –
Ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 29 de Abril de 2010

Apreciação da bancada do Partido Socialista

Senhor Presidente,

Tal como o anterior Relatório trazido a esta AM, em Fevereiro último, o presente relatório anual merece-nos alguns comentários e observações, em parte idênticos aos tecidos na referida sessão de Fevereiro.

Na introdução, no fim do primeiro parágrafo da pág.4, refere-se que o Município aplicou no pagamento de dívidas a terceiros o montante de 6.5 milhões de euros, tal como estava previsto no PSF; todavia, o Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Financeira do 2º semestre de 2009 afirma que “... *um valor relevante do empréstimo ainda não tinha sido canalizado para o pagamento das dívidas listadas...*” constantes do PSF aprovado pelo Tribunal de Contas. Na prática e partindo da taxa de execução de 84% referida no citado Relatório do Auditor Externo, conclui-se que a verba de 1,04 milhões de euros ainda não foi canalizada para o pagamento das dívidas listadas no PSF.

Em consequência, solicita-se ao Sr. Presidente da Assembleia que diligencie de novo no sentido de ser facultada aos Deputados Municipais a lista completa de todos os pagamentos efectuados aos fornecedores constantes da lista que integra o PSF, de modo a permitir verificar se o mesmo está ou não a ser cumprido.

Copia-se a seguir, do Relatório semestral apresentado em Fevereiro, para o presente Relatório anual, a afirmação de que o “... *curto espaço de tempo decorrido desde o visto do Tribunal de Contas (6 meses) ... inviabilizou uma efectiva implementação das medidas previstas no PSF*”, o que é inexacto, pois já decorreram 10 meses e, como já afirmámos na anterior declaração de voto, “... *contradiz o que a própria Câmara afirma no seu no ofício nº1370, enviado ao Tribunal de Contas em 2 de Junho de 2009, nomeadamente que as acções a levar a cabo pelo Município para obter a maximização de receitas e a contenção de despesas teriam sido implementadas mesmo antes da aprovação do PSF e teriam produzido efeitos práticos já em 2008*”.

Da análise feita ao Relatório, na parte que não é cópia do anterior, e no essencial resulta que:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os deputados da Bancada do Partido Socialista da análise do documento em apreço verificam:

- Faltas graves corroboradas na Certificação que o acompanha;
- A sua análise leva-nos à conclusão de que não estão a ser levadas em linha de conta as medidas a que se obrigou o executivo com o Plano de Saneamento Financeiro;
- A situação financeira do município demonstra um aumento dos compromissos por liquidar o que levará ao um maior desequilíbrio financeiro que nos poderá arrastar para um cenário futuro bastante mais preocupante.
- O aumento da dívida a terceiros, sendo que o total da dívida ultrapassa os 17,5 milhões de euros, não estando considerados os valores indicados pelo auditor, e empresas municipais;
- O incumprimento da Lei das Finanças Locais, que só por si nos obrigaria a demarcar-nos do documento;
- O aumento de muitas outras despesas nomeadamente: de pessoal, dívidas de médio e longo prazo.

Por tudo o que foi anteriormente referido e pelo agora exposto os Deputados da Bancada do Partido Socialista, em consciência, deliberaram votar **contra** a **aprovação**.

Santa Comba Dão, 29 de Abril de 2010.

P'la Bancada do Partido Socialista,

